

O “Caso Para-Sar” como fenômeno de desestabilização da memória

Maria Manuela Alves Maia¹

Ocorrido em extensão aos acontecimentos do período da ditadura civil-militar, pós 1964, o “Caso Para-sar”, episódio em que o então Capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho se opôs, em 1968, ao plano do brigadeiro João Paulo Burnier de explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e a represa de Ribeirão das Lajes e de culpar os “terroristas” pela ação. O fato, ainda pouco explorado, envolve inúmeras contradições. Do ponto de vista do principal protagonista, fixa-se uma história que poderia ter tido um desfecho com requintes de crueldade, covardia ou, como definia o próprio capitão Sérgio, uma “história macabra”. Na perspectiva Oficial da Aeronáutica, a mesma é reduzida a uma fabulação criada pela mente insana do jovem oficial. Este trabalho se propõe a discutir essas diferentes narrativas com o objetivo de (re)focalizar o tema e, ao mesmo tempo, analisar a seletividade da memória construída e enquadrada de acordo com os interesses políticos dos grupos envolvidos no referido episódio.

Palavras-chave: Memória - Ditadura civil-militar – caso Para-Sar

The Case Para-Sar as a phenomenon of destabilization of memory

Extension occurred in the events of the period of civil-military dictatorship, after 1964, the Where Para-Sar," episode in which the then Captain Sérgio Miranda Ribeiro de Carvalho was opposed in 1968 the plan of Gen. João Paulo Burnier to explode the gas tank in Rio de Janeiro and Ribeirão das Lajes reservoir of and blame the "terrorists" by the action. Indeed, little explored, involves many contradictions. The view of the main protagonist, sets up a story that could have had an outcome with refinement of cruelty, or cowardice, as defined himself captain Sergio, a "macabre history." In preparation Journal of the Air, it is reduced to a fabulação created by the insane mind of the young officer. This paper aims to discuss these different narratives with the aim of (re) focus on the subject and, while examining the selectivity of memory built and managed according to the political interests of groups involved in that episode.

Keywords: Memory - civil-military dictatorship - Case Para-Sar

Há muito ainda o que desvendar do período dos últimos governos militares que ocuparam o cenário político brasileiro entre 1964 e 1984. Essa conclusão é consenso entre todos aqueles que se dedicam à análise desse esse tumultuado período da história do Brasil. Fatos a descobrir, fatos a serem revistos, a serem esclarecidos. Visões diferenciadas, versões e ficções por esclarecer. De qualquer forma, um elemento recorrente nesses estudos é que uma das armas ideológicas usadas difundir e para manter a dominação foi através da instalação do terror e do medo que até os dias de hoje ainda perpassa o imaginário social pós 1964. Do ponto de vista psico-social o medo, fenômeno que abarca diferentes áreas do sentimento humano traz como consequência a estagnação, a paralisia. Por isso, pode-se observar por contrapartida, daquele contexto de perseguições, mortes, torturas, a dimensão do

¹ Universidade Presbiteriana M.J. Mackenzie-Rio. Doutora em Antropologia.

esquecimento social imposto. A ordem é esquecer, Ponha-se uma pedra sobre tudo, vamos continuar daqui para a frente. Nada de ressentimentos ou revanches. Enterremos definitivamente o morto. O novo como bem analisaram Marcuse ou Foucault nas sociedades contemporâneas, esquecemos aspectos cruciais da nossa existência. Para esses autores a modernidade aprisionou os homens nas cadeias do esquecimento coletivo. Eles associam lembrança à liberdade e esquecimento à repressão dada pela modernidade.

No entanto para os que, de uma ou outra forma estão envolvidos com esse passado, lembrar os acontecimentos do pós 1964 é ganhar a liberdade; é um esforço que embora cansativo, reafirma e realimenta o mundo da esperança. Creio que esta seria a justificativa mais profunda desta pesquisa. Mostrar, através da ação determinada e corajosa de um homem, que os sonhos são possíveis.

Um pouco da história

Na análise sobre o período dos governos militares, Alves(1985), conclui que, naquele momento, foi possível desenvolver a forma de Estado autoritário capitalista firmado na *ideologia da Lei de Segurança Nacional*, a qual garantiu, legitimou e manteve o modelo de desenvolvimento dependente, expressado no governo por decretos leis. Além disso, os militares contaram com o apoio dos setores industriais, principalmente daqueles ligados ao capital estrangeiro, que estavam extremamente descontentes com as medidas de restrições a empresas multinacionais, as *leis antitruste* e outras medidas tomadas por João Goulart com o objetivo de impedir o alastramento do domínio estrangeiro. Ela afirma neste estudo que:

o sistema de dominação no Brasil ressurge como uma força interna, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam fazer prevalecer interesses estrangeiros, uma vez que julgam que seus interesses vão de encontro aos destes” (Alves,1985,p.21).

Esse modelo, gerou essa classe clientelista, mas até 1968, apesar dos decretos arbitrários, ainda permitia-se uma resistência ao governo através dos partidos políticos e facções de oposição e dos estudantes. No pós 1968, como registra essa autora, o cenário iria se modificar drasticamente. O marco apontado é o que veio a ser chamada de “Sexta-feira sangrenta”, onde o Rio de Janeiro acorda para “o insólito” com a morte do estudante Édson Luiz em confronto com a polícia. A partir daí, a classe média percebeu a dimensão da crise

que ajudara a construir. O jornal Correio da Manhã (De 30/03/68, p.1 e 9) traz a comovente declaração dos estudantes:

“Nesse luto, a luta começou”. Inicia-se um período de guerra, cuja expressão máxima estava na repressão declarada através da instituição da tortura, da violência e da morte. “Como jamais se viu em nossa história”. (idem, p.26) ² Essa morte atingiu a classe média, provocando que a mesma refletisse sobre a atuação do governo e tomasse uma posição. Dessa forma, a Igreja Católica assumiu publicamente a contestação aderindo à resistência, associando-se aos artistas e intelectuais de esquerda, entre eles os jornalistas, através da ABI (Associação Brasileira de Imprensa). A morte do estudante foi portanto, *um divisor de águas separando definitivamente o Estado autoritário da “sociedade civil”*.

Para o desenvolvimento de nosso trabalho, o fundamental é perceber o clima de terror espalhado e manifestado nos mínimos detalhes da vida da cidade. É sintomático que as referências orais e escritas expressem sempre esse clima de obscuridade em slogans, como: “os anos de chumbo”, “sob o signo do medo”, “uma cultura do medo”. Esse medo torna-se uma espécie de patologia social pois foi espalhado sem reservas na vida pública, invadiu a vida privada, tornando-se, nas análises da autora em questão, uma das causas que patrocinaram a permanência dos governos ditatoriais. A população de repente se viu obrigada a conviver com desaparecimentos, torturas e assassinatos que não tinham lugar nem hora para acontecer³.

O caso Para-Sar: um “caso Kafkiano”

Como parte do grande conjunto de fenômenos originados pelas forças de repressão do Estado, muito pouco ou quase nada se obteve sobre o “Caso Para-sar”⁴. Os jornais da época e

² idem, p.26

³ Alves (1985) registra que só em 16 de junho de 1969 foram detidas *previamente* – que significava “para averiguações” – 6.000 pessoas no Rio de Janeiro. Considerou-se antecipadamente que todos eram culpados, até provarem o contrário. Soares (1997, p.60) escreve que o movimento de 64 puniu, até julho de 77, 4.682 pessoas através de instrumentos “legais” que ele mesmo criou. Esse autor tentou mostrar que as causas das cassações não obedeceram a mesma lógica em todos os governos militares da época, mas que esta teve grande variação no tempo, porque as políticas não foram as mesmas, assim como os grupos cassados dos direitos políticos não foram os mesmos.

⁴ Sobre o acontecimento temos pouco material. Talvez a falta de documentação demobilize os estudantes. Temos informação que os documentos do Para-Sar estariam naquele incêndio que destruiu vários documentos da Aeronáutica. Por outro lado, sabemos por informantes dentro da Unidade de UNIFA não existir nenhum documento registrado na biblioteca que relembre o caso.

de 1984/85 episódio no qual o então Capitão Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho denunciou e se opôs, em 1968, às ordens dadas por seu superior Brigadeiro João Paulo Burnier. O plano de guerra contra o terrorismo incluía inúmeras ações. Entre elas de explodir o gasômetro do Rio de Janeiro e a represa de Ribeirão das Lajes com o objetivo de culpar os “terroristas” por essas ações.

O fato muito pouco explorado envolve inúmeras contradições que acabam afetando a memória sobre ele. Do ponto de vista do principal protagonista, fixa-se uma história que poderia ter tido um desfecho com requintes de crueldade, covardia ou, como definia o próprio capitão Sérgio, uma “história macabra”. Na perspectiva da Aeronáutica, a mesma história foi reduzida a “uma fabulação” criada pela “mente insana” do jovem oficial. Nossa proposta para este trabalho é fazer uma etnografia do caso e discutir algumas narrativas com o objetivo de trazer o caso à tona e (re)focalizar a temática..

Passados mais de 40 anos do acontecimento, com o desaparecimento de seu principal ator e também algumas pessoas que poderiam agir como “peças chave” julgamos ser mais adequado iniciar a pesquisa pela análise de jornais e revistas e com depoimentos a respeito do caso. A intenção é classificar os elementos recorrentes que surgem dentro de dessas duas posições, as quais se delineiam através das categorias opostas: verdade/ mentira. Lucidez/insanidade.

Para tanto, procuramos remontar⁵ o cenário do acontecimento para verificar como suas memórias se constroem e se fixam e marcar as categorias mais recorrentes que delas emergem. Para tanto utilizo como fontes dois jornais um programa de tv e comentários feitos por vários intelectuais e plenamente usados na campanha política de Sérgio Macaco em 1996, quando concorreu a deputado estadual.

De início a leitura dos textos, chama atenção os dois discursos totalmente ontraditórios que colaboram para a desestabilização da memória, um fenômeno orquestrado pelos interesses, onde a idéia é confundir o juízo que se poderia fazer do caso. Passado o tempo a verdade se se torna cada vez menos necessária, diante das perdas essenciais e das relativizações, muitas vezes tão cômodas.

O acontecimento deu-se no dia 14 de junho de 1968. O comando do Para-Sra foi convidado a participar de reunião convocada pelo superior hierárquico, Brigadeiro João Paulo Burnier. A questão já no próprio objetivo dessa reunião surge com dupla explicação. Em

⁵ Meu acesso a essas visões é mediado em princípio pelo grau de conhecimento e relacionamento de amizade com o ator principal dessa história.

matéria especial, O Jornal do Brasil tenta entender a famosa reunião e enfatiza a dúvida que permanece até os dias de hoje. Uma das versões mostra que o Brigadeiro João Paulo Burnier reuniu no gabinete do Ministério da Aeronáutica, oficiais, sargentos e cabos do Para-Sar, Unidade de Elite da Força aérea, cujos homens eram conhecidos como “Anjos do Espaço” e tinham como lema: Socorrer – Resgatar – Desbravar.

Sérgio Macaco denuncia que o objetivo dessa reunião teria sido dar ordens para que o Para-sar fosse empregado na eliminação sumária de políticos, líderes sindicais e estudantis, além de atos de sabotagem. A culpa seria atribuída aos comunistas.

Em versão oposta, o brigadeiro Burnier pretendia apenas que a unidade, treinada para operações de comando, agisse nas denominadas em “missões especiais” que, para ele, eram, tão somente, de natureza militar⁶.

Antecedentes do fato

Essas visões são construídas entre ataques entre os dois pólos verdade/mentira. Portanto faz-se necessário buscar dados anteriores à reunião e encontramos um dado importante. No dia 04 de abril de 1968 o Para-sar entrou em uma ação militar conjunta com o exército e a polícia para reprimir a ação dos estudantes. Como o capitão Sérgio estivesse em viagem não tomou parte nessa operação e ao chegar mostrou-se apreensivo e aborrecido com o fato e expôs suas preocupações ao Brigadeiro Labarth Lebre⁷ - Este não deu importância as apreensões do capitão e disse que levaria a questão para o Brigadeiro Burnier. Daí resultou numa série de pequenos encontros até a reunião do dia 14.

Nas palavras de Sérgio a ordem era: “Salvar o Brasil do Comunismo”. Burnier teria declarado que os oficiais só matariam na guerra se pudessem matar na paz. Deviam se acostumar a isso. Fariam parte da missão as seguintes ações:

- 1- Atentados à SEARS, ao Citbank, à embaixada Americana.
- 2- Destruir o Gasômetro de São Cristóvão e a represa de Ribeirão das Lages. Seria feito às 18 horas da tarde com objetivo de instaurar o caos.

Dentro do plano caberiam ainda, a morte de 40 lideranças. Saberiam dos escolhidos de cinco em cinco. De início estavam marcados para a morte: Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, D. Hélder Câmara, e o Gen. Mourão Filho. Na sua lógica a cidade

⁶ Jornal do Brasil, 1º caderno Terça feira, 14/03/1978.

⁷ Na época exercia as funções de comandante da Escola de da Aeronáutica à qual o Para-Sar se subordinava.

sem luz, sem água e alguns militares mortos etc. toda a autoria do caos e dos crimes seria atribuída aos comunistas. Sérgio, ao contrário dos quatro primeiros a serem interrogados sobre o caso, respondeu: Não! E enquanto eu viver isto não ocorrerá neste país! E dali sairia para denunciar.

Os acontecimentos a seguir formaram uma verdadeira odisséia. As denúncias feitas pelo capitão Sérgio, ao mesmo tempo, o colocava em uma posição constrangedora. A Aeronáutica representada por Júlio Mesquita da o seguinte depoimento no jornal⁸: Em setembro de 1969 a junta militar cassou e reformou o capitão Sérgio Macaco

“Estamos portanto, diante de um novo episódio da campanha sub-reptícia que os derrotados de março de 1964 desenvolveram na área militar para quebrar primeiro a unidade de cada arma e depois a união das três Forças Armadas”.

Dez anos depois, na efervescência pela abertura política, em 13/03/1978, o jornalista Flávio Galvão indaga sobre o retorno da caso Para-Sar uma vez que o governo brasileiro o havia solucionado, analisado os fatos e concluído negativamente para o capitão que foi devidamente punido com a reforma militar e a cassação por dez anos de seus direitos políticos. O jornalista conclui que lembrar do caso faz parte de uma ação bem orquestrada pelas esquerdas brasileiras, uma campanha pela anistia plena e geral dos punidos pela Revolução.: “Inclusive dos terroristas que roubaram, mataram e seqüestraram com o propósito único de derrocar o regime e as instituições”. Apreensivo com a política de abertura enfático declara que “o cancelamento da punição àquele capitão da FAB abriria a primeira brecha na muralha do AI5 (GALVÃO, F. O Estado de São Paulo. 13/02/1978, p.17)

Depoimentos

O Brigadeiro Burnier manteve-se em silêncio até 1985. Em 1989, declarou-se inocente das acusações e atacou Sérgio Macaco. Explicou que as razões de seu silêncio eram por precaução, pois como militar tinha provas de que Sérgio mentia. Embora fossem documentos secretos da Aeronáutica e “por motivo de segurança” não poderiam vir a público”. Segundo suas palavras ele teria, neste tempo todo tentado que o ministério autorizasse o uso desta documentação. Garantiu que todos os ministros de farda tinham sido em seu favor e por isso desautorizaram a conduta de Sérgio Macaco. Nesta mesma matéria, coloca-se contra o papel da imprensa no caso. Seria ela a culpada pelo crescimento e

⁸ Julio Mesquita. Em ação os contra-revolucionários. Estado de São Paulo -06/10/1968.

desenvolvimento do fato: A imprensa e outros setores públicos criaram uma mítica em cima do personagem.

Durante o tempo da entrevista acusou Sérgio Macaco de mentiroso e caluniador. Que o capitão teria mentido quando afirmara que nunca participara de uma ação repressiva. Dizia ter em mãos, um documento manuscrito aonde Sérgio admitia que se preciso fosse, concordava com a infiltração de militares paisanos para reprimir ou até eliminar os manifestantes, classificados como “subversivos” (Ver NUNES, A. C. Jornal do Brasil).

Sérgio reagiu ao depoimento de Burnier e declarou-se surpreso com as insanidades “Ele Bunier, além de monstro é um imbecil. Todos sabem que ele foi um dos responsáveis pela tortura neste país Respondeu a 3 inquéritos na FAB com a responsabilidade do Maj. Brig. Itamar Rocha, no SNI com Cel. Aluysio Nóbrega no ministério da justiça, sob a responsabilidade de Guimarães de Mattos. foi absolvido por unanimidade no Supremo Tribunal militar em 1970.

Na vida civil conta que foi sempre muito perseguido. Cortado definitivamente de sua profissão por uma portaria do Ministério da aeronáutica segundo a qual os militares cassados não podem manter adestramento aeroterrestre. Depois foi demitido do emprego na Revista Manchete. Sérgio passou então, a ganhar a vida como vendedor autônomo: “Vendi de tudo, de livros a brinquedos”

Em sua luta pela sobrevivência Sérgio teve a ajuda do Brigadeiro Eduardo Gomes e do Marechal cordeiro de Farias, este sofreu retaliações até a sua morte em 1981. . Militares ou civis pessoas das mais idôneas da historia do Brasil não só se colocaram do lado de Sérgio Miranda, mas dignificaram sua personalidade. Embora em contextos e tempos diferentes estes depoimentos são marcados por essas características. Aclamam a braveza, a esperança, heróico. Solidários à versão de Sérgio estão pessoas como o Brigadeiro Eduardo Gomes. Suas declarações a respeito do caso e de seu personagem enfatizam características heróicas do caráter de Sérgio Ribeiro Miranda de Carvalho⁹:

“Foi o capitão Sérgio, por sua liderança natural, maturidade, desambição, coragem e firmeza de caráter, que evitou que o Para-Sar, gloriosa unidade Especial da Aeronáutica – de quem foi um dos fundadores e onde serviu durante 10 anos – fosse desviado de sua destinação legal e empregado, de forma indigna e criminosa, por alguns companheiros de farda,

⁹ Logo em seguida à sua primeira tentativa de mediação, o brigadeiro Eduardo Gomes sofreu um acidente de automóvel que, na ocasião, chegou a ser considerado como um atentado, ainda que isso nunca tenha sido provado (Revista Veja, 26/junho, 1985.

descontrolados, prestigiados e apoiados por um ministro de Estado sob o pretexto de proteger o Brasil do perigo comunista.”

“Foi a admirável ação desse simples capitão, verdadeiramente inspirado por Deus, que evitou outros rumos para a história de nossa pátria.” (Editorial do O Globo 28/08/1979)

“O capitão Sérgio, cortado no meio da carreira por leis de exceção, deveria retomar brigadeiro que é posto de confiança e, quem de mais confiança, comprovada, que ele? Um orgulho para as nossas Forças Armadas”. Tancredo Neves (05/03/1978)

“O Cap. Sérgio foi o patrulheiro da vida e da esperança no palco da desgraça e da morte. Foi punido por ter desobedecido a um superior, e, entretanto, obedeceu à lei, à consciência, a humanidade: deve ser condecorado com a Medalha de Ouro da Obediência!” (Rubem Alves, 1968)

Meu filho, eu gostaria de ter uma satisfação: - que a minha última causa na vida fosse a sua.
Sobral Pinto:

Sabe-se que após o ocorrido a vida de Sérgio teve apenas um sentido, o de ser reabilitado socialmente, provar para todos sua verdade. Ele havia se dedicado de corpo e alma ao Para-sar. Se, das falas citadas decorre a construção de um mito. Herói ou bandido. Podemos afirmar que esse extremo nunca o agradou. Suas palavras mostravam o quanto lhe incomodava ser tratado como um mito. Ele queria a vida simples, sem aclamações, sem glamour. O reconhecimento que desejava não ultrapassava as fronteiras da Aeronáutica. Queria o seu trabalho que tanto prezava – até o ocorrido com 37 anos o cap. Sergio viajava 240 dias por ano, tinha mais de 800 saltos. Principalmente as operações de salvamento e as ações junto às populações do Xingu¹⁰. As boas lembranças que tinha desse tempo, das relações de amizade pelos irmãos Vilas Boas eram motivos de orgulho. A desobediência às ordens de matar foi a única reação possível, fruto da ética que havia sido construída não só dentro de seu grupo familiar, mas na própria Aeronáutica, logo não seria um ato heróico, mas um dever moral. Por isso Sérgio recusou a anistia, pois, dizia que não tinha que pedir perdão por um crime que não praticara. Ele explicava a sua recusa através das palavras de Rui Barbosa (1885):

“A anistia para os crimes de Paixão Revolucionária, confessadas ou flagrantes, é a mais famosa expressão da demência cristã, aliada à sabedoria política. Mas, para as vítimas de uma comédia oficial, para cidadãos que protestam sua inocência e

¹⁰ O Para-Sar contribuiu muito com a aproximação das aldeias indígenas realizadas pelos irmãos Vila Boas. Foi a partir dessas expedições que recebeu o apelido de macaco, pois dali trouxe um macaco, como animal de estimação. .

pedem não senão o julgamento, a anistia é uma nova punição. Neste caso verdadeiro anistiado é o governo. Que se esquiva dos tribunais”.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil* (1964-1984). Rio de Janeiro : Vozes, 1985. 337p.

_____. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295p. (Biblioteca de filosofia e história das Ciências)

BARBOSA, Eurico Confissões de Generais Editora Thesaurus

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Trad. de Laura Fraga Almeida. São Paulo : Loyola, 1996. 49p. (Leituras filosóficas, 1)

_____. *Microfísica do poder*. Trad. e org. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 295p. (Biblioteca de filosofia e história das Ciências)

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In *Versões e ficções: o seqüestro da história*, p.31-46. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997

Jornal O Globo

Jornal do Brasil 13/03/78

Jornal do Brasil 14/03/78

Jornal do Brasil 17/09/1980

O Estado de São Paulo 13/03/78

Revista Veja março/1978

Revista Veja junho/1985

Tribuna da Imprensa 08/01/88